



1 **ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CIB/AS/SC – 002/2025**

2 Aos 04 (quatro) dias do mês de abril de 2025, realizou-se, de forma híbrida, às 13 (treze) horas e
3 30 (trinta) minutos, a reunião ordinária do Comitê de Intergestores Bipartite da Assistência Social
4 (CIB/SC). Estiveram presentes, representando a Gestão Estadual (SAS): a Sra. Adeliana Dal Pont,
5 Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família; a Sra. Gabriella Dornelles, Diretora
6 de Assistência Social; o Sr. Giovani Seemann, Gerente de Administração e Finanças; a Sra. Sabrina
7 Gomes Cerva, Gerente de Benefícios, Transferência de Renda e Programas (GEBEN); a Sra.
8 Juliana Rocha Pires, Coordenadora da Segurança Alimentar e Nutricional; e a Sra. Morgana do
9 Carmo Andrade Barbieri, Assessora de Gabinete. Representando a Gestão Municipal, por meio do
10 COEGEMAS, participaram: a Sra. Maria Helena Zimmermann, Secretária Municipal de Assistência
11 Social e Desenvolvimento Social de Rio do Sul; a Sra. Fabiana Ramos da Cruz Cardoso, Secretária
12 Municipal de Assistência Social de Joinville; o Sr. Luan Maciel, Secretário Municipal de Assistência
13 Social e Habitação de Nova Itaberaba; e o Sr. Matheus Henrique Guckert, Secretário Municipal de
14 Assistência Social de Rio Negrinho. O encontro ocorreu de forma híbrida na Sala Web, localizada
15 na Rua Dr. Fúlvio Aducci, nº 767, bairro Estreito, Florianópolis, sede da Secretaria de Estado da
16 Assistência Social, Mulher e Família (SAS). Verificado o quórum pela secretária da CIB, Sra. Marlise
17 Neuhaus, deu início à reunião. Esta foi aberta pela Sra. Helena Marquardt, Assessora de
18 Comunicação da SAS, que conduziu o cerimonial de abertura e, na sequência, passou a palavra à
19 presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Estado de Santa
20 (COEGEMAS) e Secretária Municipal de Assistência Social de Rio do Sul, Sra. Maria Helena
21 Zimmermann, a qual reforçou seu compromisso institucional como porta-voz dos municípios. Em
22 sua fala inicial, destacou que os temas pautados para a reunião foram construídos a partir das
23 demandas e discussões prévias realizadas junto aos municípios. Em seguida, foi concedida a
24 palavra à Secretária de Assistência Social, Mulher e Família e Coordenadora da CIB, Sra. Adeliana
25 Dal Pont, cuja manifestação se destacou pela ênfase na importância do diálogo entre Estado e
26 municípios como elemento fundamental para a construção coletiva e efetiva do Sistema Único de
27 Assistência Social (SUAS). Na sequência, foi realizada a leitura do Edital de Convocação da
28 Reunião Ordinária nº 02/2025 da CIB/SAS/SC. O edital convocou os membros titulares e convidou
29 os suplentes para a reunião, realizada em 04 de abril de 2025, às 13h30, de forma híbrida, com o
30 encontro presencial no município de Florianópolis, na Rua Dr. Fúlvio Aducci, nº 767, bairro Estreito,
31 com a seguinte ordem do dia: **1. Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior (Plenária
32 Ordinária de 06/02/2025); 2. Apresentação, apreciação e aprovação da pauta; 3. Informes: 1.
33 Apresentação da nova composição da Câmara Técnica da CIB; 2. Atualização sobre o
34 processo de Regionalização da Proteção Social Especial; 3. Apresentação sobre o novo
35 sistema do Cadastro Único (CADÚNICO); 4. Orientação Técnica sobre o Serviço
36 Especializado para Pessoas em Situação de Rua; 5. Implantação do Grupo de Trabalho da
37 Proteção Social de Alta Complexidade; 6. Orientação para pagamento aos acolhimentos
38 institucionais; e como item 4, a Pactuação: Data para entrega do Plano Municipal de
39 Assistência Social, e o tópico 7 Informes. Quanto aos assuntos constantes na pauta, serão
40 apresentados, a seguir, os encaminhamentos deliberados, ponto a ponto. **Item: 1** - Apreciação e
41 aprovação da ata da reunião anterior (Plenária Ordinária de 06/02/2025), a ata da reunião anterior
42 foi aprovada por unanimidade, sem sugestões de alteração, tendo sido previamente enviada aos
43 membros. **Item: 2** - Apresentação, apreciação e aprovação da pauta, houve solicitação de inclusão
44 de pauta, no entanto, conforme acordado previamente, novas inclusões não seriam realizadas no
45 dia da reunião, sendo tratadas como informes. Assim, a pauta foi aprovada com a inclusão de dois
46 informes: um referente às conferências, o COEGEMAS apresentou demanda relacionada à
47 exigência de realização das Conferências Municipais de Assistência Social em três turnos, conforme**



48 diretriz federal. Destacou-se a dificuldade de cumprimento dessa proposta por parte dos municípios,
49 e também foi solicitada a inclusão de informe referente à realização do Encontro Regional do
50 COEGEMAS Sul, a fim de registrar as demandas decorrentes da realização do evento em Santa
51 Catarina. Após estas inclusões, que serão debatidas ao final da pauta, retomado o primeiro **informe**,
52 **item 1**. A apresentação das representações do Estado para a nova composição da Câmara Técnica
53 da CIB, foram indicados: Amanda Ramos da Luz – Titular e Cristiane Ferreira Mendes – Suplente,
54 Renata Sagaz – Titular e Charles Garcia Costa – Suplente, Débora Nunes Barbosa – Titular e
55 Jucélia Oliveira Schneider – Suplente, Alessandra Carla Camargo – Titular e Regina Silva Suenes
56 – Suplente. Foi informado pelo COEGEMAS que, por parte dos municípios, houve eleição anterior,
57 mas ainda faltava a indicação de um titular e quatro suplentes. O COEGEMAS encaminhará
58 posteriormente por ofício a relação dos representantes da Câmara Técnica. **Item 2** - Atualização
59 sobre o processo da Regionalização da Proteção Social Especial, a Diretora de Assistência Social,
60 a Sra. Gabriella Dornelles apresentou um panorama sobre a regionalização da Proteção Social
61 Especial, destacando dois pontos principais: o processo de regionalização e a questão dos terrenos
62 potencialmente doados ao Estado para este fim. A proposta da regionalização visa atender
63 municípios sem equipamentos próprios, como os Centros de Referência Especializados de
64 Assistência Social (CREAS), que enfrentam violações de direitos e precisam desses serviços. No
65 entanto, dificuldades surgiram na implementação do modelo, principalmente pela falta de equipes
66 de referência nos territórios. Para resolver isso, foi criado um grupo de estudos que identificou como
67 principal demanda a regulamentação dessas equipes a nível estadual, já que ainda não há
68 regulamentação federal. Uma minuta de regulamentação foi elaborada pela DIAS e será
69 encaminhada para a Câmara Técnica para ser estudada e apresentada aos membros da CIB, com
70 a expectativa de aprovação e implementação, incluindo capacitação dos profissionais e definição
71 de fluxos e protocolos. Em relação aos CREAS Regionais, informou-se que o processo de
72 implantação foi interrompido. Apenas o município de Santa Rosa do Sul, que formalizou a doação
73 de terreno por meio de lei municipal específica. Ressalta-se que a doação foi condicionada à
74 implantação do CREAS, com possibilidade de reversão prevista em caso de descumprimento da
75 finalidade. Embora o projeto de implantação do CREAS tenha sido suspenso, houve reunião
76 realizada na Secretaria de Estado da Assistência Social (SAS), onde ficou acordado que o município
77 de Santa Rosa do Sul poderá reorganizar o uso do terreno doado, sem prejuízo à administração
78 municipal. Os próximos passos consideram que a regionalização pode ser retomada, dependendo
79 das necessidades, após a estruturação das equipes municipais. Ficou acordado que,
80 prioritariamente, os municípios deverão proceder à implantação da equipe de referência. Contudo,
81 com a troca de gestão em 2024 e chegada de novos prefeitos e secretários, houve enfraquecimento
82 dos grupos de trabalho. Nesse contexto, a Câmara Técnica da CIB será o espaço de referência
83 para o aprofundamento dos estudos relacionados à regulamentação das equipes técnicas. Para
84 tanto, será necessário estruturar protocolos e organizar as demandas de forma qualificada,
85 considerando a capacidade de gestão dos municípios e favorecendo a consolidação progressiva
86 dos serviços. O processo ainda não foi iniciado, pois considera-se a nova composição da Câmara
87 Técnica, para os devidos encaminhamentos, os municípios devem indicar os nomes dos
88 profissionais para dar continuidade ao processo, com a meta de apresentar avanços na próxima
89 reunião da CIB. Na sequência, a Secretária de Estado da Assistência Social, Sra. Adeliana Dal
90 Pont, informou que o tema também foi objeto de discussão na Comissão Intergestores Tripartite
91 (CIT). **Item 3** – Apresentação sobre o novo sistema do Cadastro Único (CADÚNICO), a Gerente de
92 Benefícios, Transferência de Renda e Programas (GEBEN), Sra. Sabrina apresentou as mudanças,
93 destacando a migração para a plataforma da Dataprev, mais robusta e integrada. O novo sistema
94 apresenta layout moderno e integra dados da Receita Federal, Ministério da Saúde (e-SUS),



95 Ministério da Educação (Sistema Presença), Previdência Social, entre outros. Isso trará mais
96 confiabilidade às informações e reduzirá fraudes. Foi anunciada a criação de um Sistema de
97 Relatórios Analíticos, ainda indisponível, voltado aos coordenadores municipais. A capacitação
98 passará a ocorrer exclusivamente online, por meio de trilhas formativas. A Sra. Fabiana Ramos da
99 Cruz Cardoso relatou dificuldades quanto ao uso dos tablets distribuídos aos municípios, que
100 precisam atender requisitos técnicos específicos. Destacou ainda a urgência de atendimento
101 dessas demandas e a necessidade de preparo das ouvidorias para lidar com reclamações. A
102 Secretária Sra. Adeliana Dal Pont informou que o tema foi discutido também na CIT. Em relação ao
103 **Item 4** – Orientação Técnica sobre o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, a
104 Secretária (SAS), Sra. Adeliana Dal Pont, relatou que o Governador do Estado conversou com os
105 prefeitos das cinco maiores cidades catarinenses, juntamente com secretários de pastas
106 estratégicas relacionadas ao tema, com o objetivo de discutir formas de atuação mais equitativas
107 entre os municípios. Informou, ainda, que, nesse mesmo período, tramitava na Assembleia
108 Legislativa de Santa Catarina um Projeto de Lei (PL) que propunha o cadastramento da população
109 em situação de rua, com vistas ao reconhecimento e à qualificação da demanda. Segundo a
110 Secretária, a Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina (FECAM) foi
111 acionada para avaliar a viabilidade da tramitação do referido PL e fomentar o debate entre os
112 municípios. A Secretária retomou que, na CIT, foi destacada a percepção de que o Estado de Santa
113 Catarina adota uma postura higienista frente à população em situação de rua. Em resposta, a
114 Secretária Sra. Adeliana Dal Pont apresentou um contraponto, esclarecendo que a intenção do
115 Governo do Estado não é “eliminar” essas pessoas dos espaços públicos, mas sim construir uma
116 atuação articulada, responsável e respeitosa. Inclusive, pontuou o interesse do Governador em
117 alinhar com o Ministério Público ações. Está sendo estudado a implantação de um sistema
118 desenvolvido pela Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESE) como
119 ferramenta para o cadastramento da população em situação de rua. Na sequência, a Sra. Maria
120 Helena (COEGEMAS) manifestou preocupação quanto à ausência de apoio efetivo por parte da
121 Defensoria Pública e do Ministério Público para o enfrentamento da demanda. Ressaltou que,
122 apesar de os municípios disporem de políticas públicas voltadas à alimentação e ao acolhimento,
123 enfrentam dificuldades para atuar em situações mais complexas, como aquelas que envolvem
124 interdição financeira. Pontuou também que os equipamentos da assistência social realizam os
125 devidos encaminhamentos, mas a rede de saúde frequentemente não dispõe de vagas para
126 acolhimento no que se refere às demandas de saúde. Por fim, a Secretária Sra. Adeliana Dal Pont
127 reforçou que a ferramenta desenvolvida pela FEPESE terá caráter intersetorial, possibilitando que
128 todas as pastas e setores envolvidos no atendimento à população em situação de rua preencham
129 e compartilhem informações de forma articulada, com acesso restrito, de modo que cada pasta ou
130 setor tenha acesso apenas às informações que se relacionam diretamente com suas atribuições.
131 Sra. Fabiana (COEGEMAS) retomou a fala acerca das críticas a Santa Catarina, e reconheceu que
132 existem situações pontuais de tratamento inadequado, mas afirmou que a maioria dos municípios
133 atua em consonância com a política pública. Diante das demandas, a Secretária Sra. Adeliana Dal
134 Pont apresentou uma proposta de capacitação regional sobre o tema: agosto – Foz do Rio
135 Itajaí/Nordeste; setembro – Vale do Itajaí; outubro – Grande Florianópolis, com previsão de
136 disponibilização a partir da operacionalização das capacitações, podendo ser estendidas para
137 outras regiões, como a região Oeste. Em seguida, passou-se ao **Item 5**: sobre a implantação do
138 Grupo de Trabalho de Alta Complexidade. A pedido do COEGEMAS, para compreender melhor
139 acerca da utilização de recursos, valores e estratégias, Sra. Fabiana reforçou que os municípios
140 recebem valores ínfimos diante da demanda. A representante do COEGEMAS apontou que os
141 municípios não estão dando conta dos acolhimentos e questionaram como se dá o repasse



142 estadual. A Diretora Sra. Gabriella Dornelles informou que o Estado só realiza o pagamento em
143 casos judicializados. Quanto à composição do Grupo de Trabalho, definiu-se a participação de um
144 representante titular e um suplente de município por porte, totalizando quatro titulares e quatro
145 suplentes. Ficou acordado, ainda, que o COEGEMAS se comprometeu a encaminhar as
146 representações por porte e indicador para subsidiar os trabalhos do grupo. Considerando a paridade
147 do grupo, haverá igual número de representantes da esfera governamental. Sobre o **Item 6:**
148 Orientação para pagamento de acolhimentos institucionais, foi apresentada como demanda a
149 necessidade de orientações quanto à forma de pagamento de serviços que não integram a rede
150 socioassistencial. Em resposta, o Estado elaborou um documento de orientação técnica com
151 diretrizes específicas sobre o tema. A Sra. Alessandra Karla Camargo, Gerente de Financiamento
152 da Assistência Social (GEFAS), procedeu à leitura do referido documento durante a reunião. A
153 orientação técnica estadual está alinhada às diretrizes do Governo Federal, com a ressalva de que,
154 no âmbito estadual, admite-se a possibilidade de repasse de recursos por meio de convênios
155 intermunicipais e consórcios públicos, desde que observados os critérios estabelecidos, o que difere
156 da normativa federal, que apresenta maior rigidez quanto à flexibilização desses instrumentos de
157 repasse, bem como é vedada a utilização de recursos públicos com entidades não pertencentes ao
158 SUAS e que não estejam inscritas no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social
159 (CNEAS). Destaca-se que o cumprimento dessa exigência é fundamental para assegurar a
160 regularidade da execução financeira e a conformidade com os marcos normativos do
161 cofinanciamento público no âmbito da Assistência Social. Em relação aos informes acrescentados:
162 A Sra. Maria Helena (COEGEMAS) apontou sobre a deliberação no Conselho Estadual de
163 Assistência Social (CEAS) da Conferência de Assistência Social em três turnos. Apontou que o
164 COEGEMAS fará uma nota a respeito. A Coordenadora Estadual de Segurança Alimentar e
165 Nutricional, Sra. Juliana Pires, destacou que essa demanda partiu do Governo Federal, mas sem o
166 repasse de recursos, gerando insatisfação entre os municípios e estados. Apontou-se que essa
167 deliberação não poderia ser resolvida pela CIB, já que a decisão foi do Conselho Nacional, e apenas
168 reproduzida pelo CEAS. Ficou deliberado que o COEGEMAS elaborará um documento dirigido ao
169 CEAS e que a SAS também produzirá manifestação por escrito. O documento será encaminhado
170 ao CEAS com a finalidade de formalizar a posição quanto à inviabilidade da realização das
171 conferências municipais em três turnos antes da próxima reunião do CEAS. O segundo informe foi
172 acerca do evento/encontro do COEGEMAS Sul. Na ocasião, os representantes do Paraná e do Rio
173 Grande do Sul manifestaram não dispor de condições para sediar o próximo encontro, ficando sob
174 a responsabilidade de Santa Catarina a realização da próxima edição, conforme o rodízio
175 previamente acordado entre os estados da região Sul. O cronograma nacional prevê o encontro
176 para julho e agosto, mas o COEGEMAS afirma que não possui condições de realizar sozinho,
177 solicitando apoio da FECAM e da SAS. A proposta inicial é realizar o evento em Joinville. O encontro
178 ocorrerá em Santa Catarina, no mês de agosto. E como última demanda da reunião, a Secretária
179 Sra. Adeliana Dal Pont propôs a Pactuação da entrega do Plano Municipal de Assistência Social
180 para o dia 05 de dezembro. Foi feita a leitura da resolução que trata da Pactuação do quadriênio
181 2026–2029 para a entrega dos planos municipais correspondentes. Após a Pactuação, foi retomado
182 de forma breve informe sobre o evento do Fundo Nacional de Assistência Social, o evento ocorrerá
183 no dia 27 e 28 de maio 2025, sob o título "Você mais perto da SAS", a ser realizado no Centro
184 Integrado de Cultura (CIC). Os convites serão enviados em breve. Por fim, a Secretária Adeliana
185 agradeceu a participação de todos, tanto presencial quanto remotamente, e finalizou a reunião. A
186 próxima reunião da CIB será na modalidade presencial, no dia 25 de junho de 2025, às 13:30, em
187 Florianópolis. E nada mais havendo a tratar, eu, Marlise Neuhaus, Secretária Executiva da
188 CIB/AS/SC, lavrei a ata, que vai assinada por esta e pela Secretária da Assistência Social do



189 Estado, Mulher e Família, e Coordenadora da CIB, Sra. Adeliana Dal Pont. A reunião na íntegra
190 segue gravada no canal do youtube da SAS, com acesso disponível aos interessados.

191
192
193

194 Adeliana Dal Pont
195 Secretária da Assistência Social do Estado Mulher e Família
196 Coordenadora da CIB/AS/SC
197 (Assinado digitalmente)

198
199 Marlise Neuhaus
200 Secretária Executiva da CIB/AS/SC
201 (Assinado digitalmente)

202
203



Assinaturas do documento



Código para verificação: **K5F23R6V**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **MARLISE NEUHAUS** (CPF: 853.XXX.509-XX) em 26/06/2025 às 15:50:32
Emitido por: "SGP-e", emitido em 19/09/2023 - 15:08:22 e válido até 19/09/2123 - 15:08:22.
(Assinatura do sistema)

✓ **ADELIANA DAL PONT** (CPF: 445.XXX.039-XX) em 26/06/2025 às 18:27:26
Emitido por: "SGP-e", emitido em 27/01/2025 - 18:57:59 e válido até 27/01/2125 - 18:57:59.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0FTXzM3NTc2XzAwMDAwMTY1XzE2NV8yMDI1X0s1RjJzUjZW> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SAS 00000165/2025** e o código **K5F23R6V** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.